

INTER E INTRA-RELAÇÕES NO UNIVERSO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Henrique Cairus (UFRJ)*

Para pensarmos, espero que juntos, nesse problema que é nosso, que é a questão das inter e intra-relações nos Estudos Literários, pretendo abdicar da tarefa apologética, para mergulhar nas razões de serem como são as relações desiguais que mantemos com nossas áreas fronteiriças e coirmãs. Sem poupar-nos de um *mea culpa*, e sem isentar-nos de reconhecer nossos limites, mas também sem deixar de suspeitar de uma certa prepotência das nossas áreas vizinhas, que, muitas vezes militam mais por uma posição corporativa do que contra as famosas inconsistências teóricas.

Os Estudos Literários apresentam em si um paradoxo terminológico. Um paradoxo que já existiu em outras áreas, nas quais foi problematizado e dissolvido. Podemos, no entanto, ao buscar uma definição, indagar: a literatura é um objeto, é um *corpus* ou é uma área de conhecimento? E se distinguirmos os Estudos Literários da literatura, quais seriam as ferramentas e a *epistème* daqueles, e no que consistiria um curso de literatura, para usar uma terminologia corrente nas nossas instituições?

O paradoxo, enfim, consiste em recortar uma área exclusivamente pelo seu objeto, negligenciando-se ou omitindo-se seu instrumental.

Para continuarmos esse raciocínio é preciso deixar claro que não se trata de negar a existência desse instrumental. É dele, certamente, que pretendo falar.

As áreas de conhecimento, re-divididas sob a égide do cientificismo e não raro do positivismo, passaram quase todas pelo momento em que não era mais possível discernir seu objeto de sua *epistème*. Assim, a história era ao mesmo tempo a sucessão de fatos

relevantes e a consciência que se tinha deles. A filosofia era também tanto o conjunto de sistemas interpretativos da realidade de vários autores quanto o conhecimento e o reconhecimento deles. E, para ficar nesses dois exemplos, ou se conhecia os fatos ou se os produzia; ou se conheciam os pensamentos filosóficos, ou se criava outro. E na diferença entre o conhecer e o fazer situava-se a distinção entre o teórico e o prático e entre o agente e o estudioso.

Analogicamente surgiram outras dicotomias, em especial aquela composta pela teoria e pela prática. E o que permeava essas dicotomias era a idéia de que o objeto era completo em si, e o que se podia fazer em relação a ele era conhecê-lo ou alterá-lo, ações que, por sinal são independentes. Por exemplo, a clareza que um líder político tenha acerca da relevância histórica de uma decisão sua não altera essa importância; ele continua agente da história; ele faz a história. Ao historiador, nessa perspectiva, cabe conhecer esse ato e seu lugar na história. Essa não é só a perspectiva de von Ranke, mas foi a orientação de gerações de estudiosos que se dedicaram ao estudo do passado e até mesmo do presente.

O que subjaz a essa ótica é a mesma pretensão de tomar o objeto “puro” pelo seu estudo. Isso parece não diferir muito das nossas disciplinas de Literatura, que tomam, inclusive, o nome de seus objetos.

Ainda assim, uma consciência tímida difundiu-se em nossas escolas de Letras, em nosso meio universitário, de que era preciso rever alguns princípios de nossas opções. As resistências foram grandes – é verdade –, mas também foram grandes os exageros.

Inspirados talvez pela ânsia cientificista – já superada – de nossa área co-irmã, a lingüística, algumas escolas de Estudos Literários – como a que aqui represento – apressaram-se para garantir seu status de ciência, sem que, contudo tivessem ainda

consolidado qualquer consistência epistemológica de uma área que ainda leva o nome oficial de Ciência da Literatura.

Para livrarmo-nos da perspectiva que fundia o objeto ao seu estudo, apoiamo-nos, em parte de nossa história de área, em um outro *corpus*, o da crítica.

De fato, a crítica literária, quase tão antiga quanto a própria literatura, sempre expressou uma opinião sobre a qual, por tais ou quais razões, pesava a expectativa da palavra autorizada ou representativa. As razões para essa expectativa eram realmente variadas – no tempo, no espaço e nas circunstâncias –, mas foi no século passado, já na sua segunda metade, que a crítica literária pleiteou a condição de científica. Embora essa busca da condição científica aqui reflita, em primeiro lugar, o anseio de assegurar uma respeitabilidade acadêmica, pois ainda pouco nos distanciamos da época em que era o título de ciência que aferia alguma dignidade a um estudo.

Em segundo lugar, o título de ciência reconhecia a busca pela consistência epistemológica específica, que percorreu e percorre veredas sinuosas e ainda solitárias, que passaram pelo *new criticism*, pelo estruturalismo francês – rebatizado de semiologia em seus plurais –, pela hermenêutica – especialmente em sua vertente heideggeriana –, pelo comparativismo em suas múltiplas facetas – das quais a mais recente não deixa de ser o multiculturalismo –, pelos estudos de gênero e mais recentemente pela análise do discurso e pela narratologia.

Esses momentos dos Estudos Literários, mesmo eventualmente simultâneos, a custo convivem. E deixo para um pouco adiante esse subtema.

Por enquanto, convido-os a acompanhar-me nesse pensamento acerca da natureza de nossa área, e dos problemas de sua formação. E tais problemas são referendados até mesmo

pelo nosso bom vernáculo, que designa o especialista em estudos lingüísticos, mas não reserva nomenclatura para quem se dedica ao estudo da literatura.

As perspectivas teóricas criadas para a literatura, essas que mencionei e ainda outras, ou sobrevivem no trânsito de saberes estabelecido com outras áreas, ou esgotaram-se mais ou menos rapidamente, sucumbindo, por vezes, às exigências internas. O caso mais conhecido dessas exigências demolidoras talvez tenha sido o da última fase da produção de Roland Barthes, em que aparecem de forma clarividente os limites da relação entre a abordagem estruturalista e a subjetividade, que, em última instância é o mais importante e frágil pilar de sustentação da literariedade.

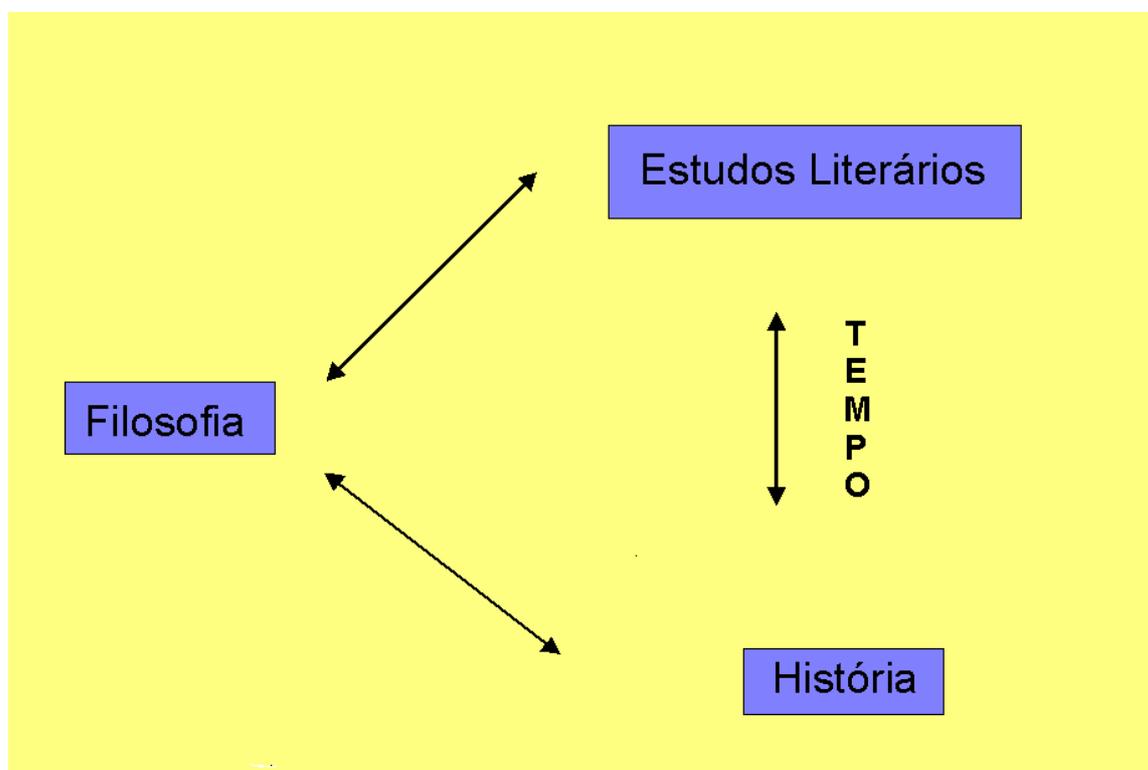
Frágeis ou não, essas tentativas de construir-se uma teoria ou uma ciência da literatura foram responsáveis pela cisão entre o estudo e seu objeto, mas, mesmo depois de já tanto tempo, ainda a custo é absorvida na prática do estudo da literatura. Até em escolas de renome internacional ainda se ouve que o ensino da teoria literária precede o ensino da literatura, porque um é ferramenta para o outro; o que pode significar – embora não signifique necessariamente – que ainda sobrevive entre nós uma crença de que a literatura é uma área e um objeto ao mesmo tempo. Paralelamente, porém, a literatura torna-se objeto de outras áreas, e é estudada, na história – por exemplo, por Chartier ou por Darnton, presenças constantes nas bibliografias de nossas teses e dissertações – e na filosofia até com mais intensidade, desde antes do grupo de Frankfurt.

Se pelo convívio cotidiano acostumamo-nos a ouvir tais palavras, não devemos, por isso, conformarmo-nos. Elas fariam tremer qualquer historiador, que já vê essa postura sepultada nos escombros da segunda guerra, visto que desde a década de 20, o *Annales* já fazem parte de um movimento que propunha a mais relevante reavaliação epistemológica das chamadas humanidades.

O estudo e o ensino da literatura limitados aos seus *corpora* são como a história restrita ao conhecimento dos “fatos”, que foram muito apropriadamente renomeados de “dados”. Mas, se os fatos são dados para a história, que, permanecendo necessariamente aquém deles, os ultrapassa e os redimensiona; para os estudos literários há um fator complicador, que é a presença de considerar-se o caráter estético que circunscreve o texto de literatura no universo artístico.

Essa necessidade delinea, muitas vezes, os limites entre os Estudos Literários e a História, e, recorre – ao meu ver ingenuamente –, como reforço de fronteira às ferramentas da filosofia.

Este é o ponto que considero central de minha fala: a encruzilhada entre a filosofia, a história e os estudos literários. É esse ponto que gosto de chamar de ‘questão da temporalidade’. Imaginemos, então, o seguinte diagrama:



Nele percebemos que buscamos na história precisamente o que a filosofia, especialmente a filosofia hermenêutica de base heideggeriana, costuma deixar de lado, o tempo. Heidegger, na página 51 da última edição brasileira de *O ser e o tempo*, chega mesmo a chamar de “entulho” aquilo que se interpõe entre o presente e a origem, onde o filósofo alemão espera encontrar a essência pura. Limpar esse entulho é o que Heidegger chama de “destruição”, termo que inspirou o conceito de “desconstrução” de Derrida.

Os trabalhos de nossa área que optaram pelo trânsito com a filosofia costumam – muito apropriadamente – seguir o modelo de seus autores teóricos eleitos, e colocar em diálogo uma (limitada) gama de pensadores de culturas, momentos e espaços diferentes.

É, contudo, precisamente essa postura que Marc Bloch, um dos patriarcas dos *Annales* e mártir da Segunda Grande Guerra, condena no início de sua *Apologia da história ou o ofício do historiador*, onde se lê:

Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambigüidade, aí mora o perigo. (...) Essa já era, em suma, uma ilusão dos antigos etimologistas que pensavam ter dito tudo quando, sob o olhar do sentido atual, apresentavam o mais antigo sentido conhecido; quando, imagino, que ‘bureau’ designou, primitivamente, um pano ou ‘timbre’ de um tambor. (...) Nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento (pp.56, 58 e 60).

Os Estudos Literários, com seus compromissos e ambições, aproximam-se ora das ferramentas da filosofia, ora das ferramentas da história, e só abre mão desse instrumental quando inclui um recorte teórico explícito, geralmente em torno da Análise do Discurso ou da Teoria dos gêneros.

A única objeção que penso que se pode fazer a essas aproximações é em relação à ingenuidade acerca das implicações das opções e de seus limites.

O Programa de Ciência da Literatura (note-se o singular de “ciência”) da UFRJ iniciou-se em 1970. Empenhei-me em um levantamento das opções teóricas do Programa, a

partir das bibliografias das teses e dissertações. Esperava encontrar ali dados estatísticos com números quebrados que me dessem, por médias e cálculos capciosos, os elementos necessários para afirmar que nossa área merecia uma revisão de suas opções teórico-metodológicas. Encontrei, no entanto, números quase exatos e redondos que me mostraram que nossa área de Estudos Literários, e não só na UFRJ, mas em praticamente todo o mundo, organizou-se em torno de pequenos grupos que adotam tal ou qual vertente teórica e que se comunicam muito mais abertamente com outras áreas vizinhas do que com os demais grupos de Estudos Literários. As pesquisas das bibliografias apontavam para os mesmos títulos repetidos religiosamente como que um atestado de filiação ao grupo, independentemente do objeto e do *corpus*.

Trata-se, enfim, de um anticorporativismo que, se por um lado nos abre para o mundo do outro; por outro, enfraquece-nos como área e torna-nos genericistas em todas as teorias cuja aplicação seja possível apenas no objeto literário.

Por outro lado, as (poucas) teorias ainda em vigor que se dedicam exclusivamente ao objeto literário ainda procuram seu lugar no cenário das humanidades, e seguramente têm dificuldades para isso, porquanto às vezes seus baluartes empenham-se em sustentar até as últimas conseqüências suas propostas.

Enquanto isso, posturas, talvez exageradas, de nossas áreas companheiras, e tomo como exemplo a historiografia de Hayden White, que se voltam para as teorias que desenvolvemos em torno da idéia do discurso, desse mesmo discurso que constrói a história, constrói a filosofia e do qual é feita também a literatura.

Para encerrar minha fala, talvez já muito extensa, não gostaria de sair dessa sala sem deixar uma palavra de otimismo e, ao mesmo tempo de paz.

Sem nome que nos designe, colocamo-nos não raro acima da nomenclatura, e, se isso tem um risco epistemológico, tem também a vantagem de atuarmos numa área que talvez seja a única dentre as humanidades que, sem deixar de merecer o nome de área, não refuta o diálogo e nem se arroga à posição equivocada, corporativa e positivista de olhar em torno e ver quase que somente pobres ciências auxiliares.

Referências bibliográficas

BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. v.1

WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

* Henrique Cairus é Doutor em Letras Clássicas pela UFRJ.